AGRICULTURA FAMILIAR: CATEGORIA TEÓRICA E/OU DE AÇÃO POLÍTICA?

Heribert Schmitz, Dalva Maria da Mota

Resumo: *o objetivo deste artigo é instigar o debate sobre o conceito de agricultura familiar. Analisa-se a contribuição de difentes autores ao longo das últimas décadas, destacando como os conceitos campesinato, pequena produção e agricultura familiar surgiram de forma cronológica em função de diferentes modelos de desenvolvimento adotados no país*.

Palavras-chave: *agricultura familiar, campesinato, pequena produção, categoria teórica, ação política*

AGRICULTURA FAMILIAR: POSSIBILIDADES CONCEITUAIS

Caracterização da Agricultura Familiar

A agricultura familiar, hoje reconhecida como categoria social e de ação política (NEVES, 2002), no debate acadêmico e nas políticas públicas, durante muito tempo não foi considerada relevante para o desenvolvimento rural. Freqüentemente, usava-se a expressão pequenos produtores para descrever esta categoria que tinha o seu futuro marcado pela eliminação, cedendo lugar às empresas agropecuárias, no processo de modernização capitalista. Experiências nos anos 80, especialmente no sul do Brasil (GRAZIANO DA SILVA, 1982; FLEISCHFRESSER, 1988), alimentaram esta visão, baseada em trabalhos teóricos de inspiração marxista, que não viam a possibilidade de sobrevivência de uma categoria que, pela sua duplicidade de condição (ao mesmo tempo proprietário e trabalhador) não acirrava a relação capital-trabalho. Essas diferentes visões não se limitaram ao debate acadêmico, mas

tiveram impactos fulminantes, como se mostrou na desapropriação e coletivização da agricultura nos países do chamado socialismo real, provocando diferentes estratégias de resistência ou fuga.

A análise deste segmento social, diferente da agricultura patronal, mostrou, entre diversas escolas, controvérsias enormes. Uma parte dos cientistas considerou esses agricultores como empresários que pretendiam maximizar os lucros. Outros achavam que se tratava de um segmento caracterizado pela irracionalidade de gerenciamento das unidades de produção, pelo atraso tecnológico e por seu enraizamento profundo na tradição. Outros, como Schultz (1995), insistiram, depois de muitos anos de pesquisa e extensão rural, na racionalidade do agricultor.

Vários autores tiveram que recorrer a diferentes estudos sobre o desenvolvimento dos países europeus (Alemanha, França, Polônia), asiático (Japão) e norte-americanos para demonstrar a importância da agricultura familiar no desenvolvimento da sociedade. Pode-se mencionar Hayami; Ruttan (1985) e Lamarche (1993). Um fator importante foi o resgate das análises de Chayanov (1974)[1]. No Brasil, essa revisão observa-se nos trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992), Wanderley (1997), Romeiro (1998) e Costa (2000). Apesar desses autores utilizarem também as denominações camponês e pequenos produtores, constata-se a predominância de agricultura familiar, demarcado pelo surgimento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) no início dos anos 90. Cada uma dessas denominações está intimamente associada a um contexto e ao papel que era atribuído a esses atores nos diferentes modelos de desenvolvimento, conforme discutido por Moraes (1998).

Sidersky (1990), utilizando paralelamente os conceitos do pequeno produtor e da unidade econômica camponesa, estabelece três características básicas para definir a unidade econômica camponesa: o acesso aos meios de produção, entre os quais a terra; o caráter familiar da produção; a relação com o mercado, como articulação com o sistema global capitalista. Essas características são também discutidas por Romeiro (1998).

Apesar do reconhecimento da expressão agricultura familiar no debate acadêmico e nas políticas públicas a partir dos anos 90, a questão da diferenciação interna impõe algumas dificuldades. Quais os critérios para identificar agricultores familiares, por exemplo, no Estado do Pará, com tipos tão diferentes como: o produtor de maracujá com uma área de 20ha irrigados no nordeste paraense, contratando um percentual elevado de mão-de-obra; o "caboclo" na região das ilhas; o colono da Transamazônica com uma área diversificada de 300 ha e que conta com culturas anuais perenes e pecuária, cedendo uma área de cacau para um meeiro e contratando serviço de

empreitada, por exemplo, para a derrubada no sistema de roça. Nesse cenário, é o produtor de maracujá que parece aplicar estratégias semelhantes ao grande produtor de soja e que é o mais vulnerável porque é dependente de um único produto, enquanto o colono da Transamazônica aumenta ainda o seu território para manter um estoque de fertilidade (floresta, capoeira) como reserva para os seus filhos. No Nordeste brasileiro, os produtores de laranja nos Tabuleiros Costeiros de Sergipe, dependentes de um produto, são mais vulneráveis, enquanto os do Agreste e do Sertão sergipano procuram manter uma diversificação que permite a alternatividade.

Muitos pesquisadores escolhem o tamanho da área do estabelecimento como critério central para distinguir a agricultura familiar da agricultura patronal, sendo este o critério mais fácil de constatação num questionário, dentro de uma margem pequena de erro. Outros critérios discutidos são: o grau da utilização da mão-de-obra familiar, a renda do agricultor, a significância do autoconsumo (subsistência), as regras de herança, a relação com os recursos naturais, a cultura, dentre outras possibilidades.

Todos esses critérios, abordados individualmente para definir a agricultura familiar, apresentam limitações, principalmente, o relativo ao tamanho da área, ao não abordar a questão das lógicas internas, da cultura e das representações, dentre outros aspectos, a exemplo da supremacia da eficiência da agricultura familiar em relação ao grande estabelecimento, que, desde o século passado, é o centro de uma polêmica para diferentes cientistas.

O estudo FAO/INCRA (1996), tentando traçar uma linha divisória entre os conjuntos patronal e familiar, considera estabelecimentos familiares aqueles que preenchem, simultaneamente, as seguintes condições: a) a direção do trabalho é exercida pelo produtor; b) não existem despesas com serviços de empreitada; c) número de empregados permanentes e temporários menor ou igual a quatro temporários (sem permanente) ou três temporários (no caso de no máximo um permanente), calculada a média anual; d) com área total menor ou igual a quinhentos hectares para as regiões Sudeste e Sul e mil hectares para as demais regiões. Porém, após vários anos de debate, os autores do estudo FAO/Incra propõem uma revisão desta definição e afirmam que a agricultura familiar pode ser caracterizada da seguinte forma (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 50): a direção dos trabalhos do estabelecimento é exercida pelo produtor; o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Foi estabelecida uma "área máxima regional" para cada grande região no Brasil como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares que considere as enormes diferenças regionais para evitar que grandes latifúndios improdutivos sejam incluídos no universo de unidades familiares[2].

Na última década, a importância da agricultura familiar se mostra também nas políticas públicas, resultado de reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais, especialmente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo os destaques a Reforma Agrária, o Censo da Reforma Agrária, o Projeto Lumiar, o Pronaf e o Programa 09 sobre Agricultura Familiar da Embrapa que, embora extinto, foi um marco nos anos 1990, considerando que foi uma das primeiras iniciativas dessa empresa de sistematização das suas ações com este segmento social.

O meio rural, cenário em que a agricultura familiar se situa, é hoje, mais do que nunca, espaço constituído por múltiplas atividades agrícolas e não-agrícolas, motivo pelo qual a agricultura familiar é aqui compreendida numa concepção mais ampla incluindo, de forma integral, atividades como a organização de agricultores, produção, beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas e não-agrícolas, turismo, pesca, artesanato etc., conformando o que hoje denomina-se "novo mundo rural" (GRAZIANO DA SILVA, DEL GROSSI, 1995; GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Na realidade, não se constitui uma novidade a pluriatividade no meio rural. Novidade é a sua intensificação e diversificação numa sociedade em que novos bens de consumo são criados diariamente para atender as necessidades de um mercado segmentado. Nesses termos, até o cuidado ambiental passa a ser "produto" de desejo passível de geração de renda, a exemplo do Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural (Proambiente; FETAGs *et al.*, 2003), que pretende pagar várias medidas ecológicas dos produtores familiares através de condições favoráveis de crédito (transferência de recursos públicos), sendo o cumprimento controlado por instituições externas (certificação socioambiental).

Uma característica da agricultura familiar brasileira é que, em geral, não existem aldeias no sentido europeu, com vida própria e independente de outros centros. A moradia, normalmente, é situada dentro dos limites do estabelecimento agrícola, fato que dificulta o acesso aos serviços, como escola, saúde, extensão rural e comercialização. Este problema é maior em regiões com um tamanho padrão (módulo) maior da unidade produtiva, como, por exemplo, na Transamazônica, no Estado do Pará, com um módulo de 100ha. Isso leva à tendência da família para viver parcialmente na cidade (p.ex., na sede do município, unidade diferente da aldeia européia), que oferece oportunidades maiores, sendo muitas vezes a família dividida entre o estabelecimento (p.ex., o pai) e a cidade (a mãe e os filhos que estudam).

Agricultura Familiar: categoria social ou de ação política?

Atualmente, pode-se distinguir cinco denominações para a agricultura familiar, isto é, a agricultura não patronal (ou não empresarial):

- campesinato;
- pequena produção;
- agricultura familiar;
- produção familiar rural;
- produção (familiar) coletiva.

Além disso, existem outras expressões para distinguir esta categoria social no meio rural, como posseiro, trabalhador rural e outras expressões que serão discutidas posteriormente. Enquanto *posseiro* se refere apenas ao fato de alguém não ter o título da terra que administra (GUERRA, 2001), o uso do termo trabalhador rural é muito ligado aos sindicatos que representam as pessoas trabalhando no meio rural. Na América Latina, o Brasil e o Paraguay são os únicos países nos quais os trabalhadores da agricultura e os agricultores são organizados conjuntamente. Atualmente, existem na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) pretensões em criar também no Brasil dois sindicatos diferentes para a organização dos agricultores e dos trabalhadores da agricultura.

O nome Sindicato dos Trabalhadores Rurais não explicita a diversidade real das categorias sociais que o mesmo comporta como membros associados. Em muitas regiões brasileiras, os agricultores familiares constituem a maior parte dos sócios. Os verdadeiros trabalhadores da agricultura (p.ex., assalariados, diaristas, empreiteiros, bóias-frias) são contratados tanto pela agricultura empresarial quanto pela agricultura familiar. Além disso, existem outras categorias sociais que não serão tratadas aqui (meeiros, agregados, sem-terra etc.). Os conflitos sociais entre essas diferentes categorias são escamoteados pelo fato de todas elas serem representadas por um sindicato comum. Porém, aqui tratamos apenas aquelas categorias sociais que administram "suas" terras, sendo elas administradas individualmente (p.ex., pela família) ou coletivamente (p.ex., pelo sistema de cooperação; ABE, 2004).

Os primeiros três conceitos, o campesinato, a pequena produção e a agricultura familiar, surgiram de forma cronológica em função de diferentes modelos de desenvolvimento. Podemos, então, discutí-los sob dois ângulos diferentes:

- como conceito político, no momento da sua emergência;
- como conceito social, na sua contribuição atual para descrever a categoria em questão.

Como mostra Moraes (1998), o campesinato, a pequena produção e a agricultura familiar, em algum momento eram conceitos de ação política.

O campesinato, a partir da sua formulação original no Brasil nos anos 50, incorporou a

> *diversidade das populações agrárias não-patrimonialistas e nem proletárias, conquista hegemonia na análise destas populações [e dá] unidade a uma grande diversidade de relações de trabalho e de formas de acesso à terra e tomando corpo como uma identidade política, fundamental às lutas agrárias neste contexto* (MORAES, 1998, p. 123).

O campesinato foi associado a um conteúdo político-ideológico e o conceito oposto foi o do latifúndio. O campesinato continua hoje, como também em outros períodos no Brasil, como uma bandeira da ação política, como mostra o esforço recente de desenvolver um Plano Camponês, apoiado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Via Campesina.

A pequena produção substitui, a partir dos anos 1970, o então hegemônico conceito de campesinato. Esta expressão está estreitamente ligada à transformações políticas do estado (ditadura militar) e à consequente "... desarticulação de vários movimentos organizados com base numa identidade camponesa" (MORAES, 1998, p. 125). Foi o momento da criação da Embrapa, da implantação do modelo de transferência de tecnologia no Brasil e da modernização conservadora (SCHMITZ, 2001). Aparece o contraste entre pequena e grande produção, separadas pela média produção. Neste modelo, a diferença era apenas o tamanho, e todas as categorias sociais no meio rural eram produtores e, assim, suscetíveis a ser atendidos por programas governamentais. Este conceito contribuiu para uma despolitização do tema.

A agricultura familiar está ligada à redemocratização e às categorias sociais no campo que foram agrupadas sob este novo conceito, caracterizado por Neves (2002, p. 137) como "uma categoria de ação política que nomeia um amplo e diferenciado segmento mobilizado à construção de novas posições sociais mediante engajamento político". Agora as entidades contrastivas são a agricultura familiar e a agricultura patronal. Pode ser incorporada na agricultura familiar toda a população agrária que administra um estabelecimento agrícola como os assentados, agricultores de subsistência, posseiros etc., mas não os "verdadeiros" trabalhadores sem terra e os trabalhadores da agricultura, nem o meeiro.

Contribuição dos Conceitos para a Análise Contemporânea

Apesar do fato de que esses termos foram conceitos de ação política, muitas vezes, foram usados como sinônimos e, na época do relativo predomínio, cada um descreveu os mesmos segmentos da população rural. Por isso, discutiremos, em seguida, qual o significado dos cinco conceitos apresentados para a análise das populações agrárias. Porém, podemos aqui apenas iniciar o debate que será aprofundado em outro momento.

Campesinato

Segundo Wanderley (1997, p. 10), o campesinato pode ser considerado, hoje, como um segmento da agricultura familiar. Para a autora, o campesinato tradicional é uma forma particular da agricultura familiar. Mendras (*apud* LAMARCHE, 1993, p. 16) identifica cinco elementos característicos do tipo ideal de sociedade camponesa: "a autonomia relativa em relação à sociedade como um todo; a importância estrutural do grupo doméstico; um sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interrelacionamentos; e a função decisiva das personalidades de prestígio[3] que estabelecem uma relação entre a sociedade local e a sociedade em geral." Uma característica importante é o saber tradicional, também chamado saber autóctone ou saber popular. Assim, o campesinato tem "uma cultura própria, que se refere a uma tradição, inspiradora, entre outras, das regras de parentesco, de herança e das formas de vida local" (WANDERLEY, 1997, p. 27). O camponês não pode ser identificado simplesmente a uma agricultura de subsistência. Sempre foi

> *[...] uma orientação comum e natural destes agricultores, a busca de produto ou produtos comercializáveis, que sejam o carro-chefe do sistema produtivo adotado. [...] Esta dupla preocupação – a integração ao mercado e a garantia do consumo – é fundamental para a constituição do que estamos aqui chamando de 'patrimônio socio-cultural', do campesinato brasileiro* (WANDERLEY, 1997, p. 27).

Pequena Produção

Este termo, muito utilizado, sugere algo pequeno, por exemplo, em termos de área do estabelecimento ou do valor da produção. Mesmo dando mais abertura a essa expressão, esta associação se estabelece facilmente. No

entanto, como abordamos no primeiro capítulo deste artigo, esses critérios não correspondem à heterogeneidade e multiplicidade de situações da agricultura que tal termo pretende descrever. Por isso, não acreditamos que ele seja adequado como unidade analítica. Porém, reconhecemos que, na nossa experiência, esta expressão é a mais usada pelas populações agrárias que se autodenominam de produtores rurais. O estudo das razões para o estabelecimento desta identidade pode ser revelador. Apesar de ser pouco útil, este termo é utilizado por muitos autores com trabalhos reconhecidos nesta área, paralelamente ao termo de campesinato, a exemplo de D'Incao (2002, p. 13) e Garcia Júnior (1989, p. 30).

Agricultura Familiar

Wanderley (1997, p. 10) confirma que "a agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares". Esta diversidade torna necessário, a tipologia como um elemento da análise da exploração familiar agrícola. Assim, muitas das qualidades atribuídos ao campesinato caracterizam também a agricultura familiar que já foi tratada anteriormente. Estudos sugeriram a emergência de um agricultor familiar moderno, tipo farmer, integrado no mercado, que tenha a profissão do agricultor. Alguns autores buscam compreender "... a coexistência de uma produção familiar tecnificada e de outras formas mais próximas de um ideal camponês" (MORAES, 1998, p. 132). Porém, encontra-se também uma visão evolucionista, que levou à tipologia: agricultura familiar consolidada, de transição e periférica. As organizações dos agricultores abraçaram o novo conceito e entendem a agricultura familiar como um projeto estratégico (MORAES, 1998).

Produção Familiar Rural

O conceito da produção familiar rural é utilizado na Amazônia, pois existem categorias que não são apenas agricultores e exercem atividades nas quais a agricultura é marginal, por exemplo, a pesca, o extrativismo vegetal, o trabalho na olaria ou o artesanato. Porém, esta problemática não está restrita à Amazônia. Utiliza-se, neste caso, também o termo de populações tradicionais, chamado de ribeirinho, caboclo, caipira, etc. (CONCEIÇÃO; MANESCHY, 2002; DIEGUES, 1998; CASTRO, 1997; HÉBETTE *et al.*, 2002; LIMA, 1999). Mesmo as populações tradicionais, muitas vezes, durante vários séculos, produziram para a exportação e adaptaram-se de forma

flexível às estratégias do mercado mundial, como mostra Homma (2001) no exemplo da Amazônia[4]. Podemos considerar, a agricultura familiar, nestes casos, como um segmento da produção familiar rural.

Produção (Familiar) Coletiva

Neste conceito, inscrevam-se, tanto povos indigenas e remanescentes de quilombos, quanto assentados da reforma agrária que resolveram produzir de forma coletiva, associando coletivismo e gestão familiar. A produção coletiva pode ser uma alternativa à penosidade e ao "sofrimento"[5] e isolamento da agricultura familiar, a exemplo dos *kibbutz*, dos estabelecimentos na propriedade de um grupo de pessoas antroposóficas (ver a agricultura biodinâmica; STEINER, 1993) ou de experiências do MST (ABE, 2004; CARVALHO, 1998). Por um lado, esta forma de produção pode ser muito eficaz, como no caso de alguns assentamentos do MST/MPA ou de exemplos em áreas indígenas, como mostram os Parkatêjê, 30 km do centro de Marabá – PA, que plantam mandioca e possuem máquinas e equipamentos no nível de motomecanização tecnologicamente mais avançados que os da agricultura patronal da região (BATISTA, 2003). Por outro lado, pode ser problemático, se não for resultado de uma decisão voluntária dos produtores. Esta problemática aparece, por exemplo, onde populações rurais conquistam terras coletivas, se transformando de caboclos em índios ou remanescentes de quilombos, o que pode levar a conflitos sobre a maneira de viver e trabalhar dentro da área, como observamos recentemento na região do Raso da Catarina, na Bahia, fato que pode resultar na exclusão de pessoas, como os comerciantes, por exemplo.

CONCLUSÃO

O fato de que os três principais conceitos apresentados neste artigo, o campesinato, a pequena produção e a agricultura familiar, cada um "na sua época", foram hegemônicos nas análises acerca das populações agrárias no Brasil, congregando todos os segmentos da população rural que administra um estabelecimento agrícola, indica que não há necessidade de utilizar os conceitos anteriores, com exceção do caso de um conceito de ação política (p.ex., o campesinato, hoje). Porém, estudos devem ser realizados para verificar a útilidade ou não do conceito campesinato para caracterizar um determinada grupo no universo dos agricultores familiares. Por enquanto, utilizamos o conceito agricultura familiar, sem invalidar o anterior (campesinato).

Mesmo reconhecendo que os agricultores se autodenominam de pequenos produtores, não acreditamos que este termo seja adequado como unidade analítica, seja porque não chama a atenção para a diversidade e diferenciação interna, seja porque nem sempre a produção dos agricultores familiares é pequena.

A questão-chave é: qual será a nova identidade e que conceito será reconhecido pela própria categoria social nos tempos atuais?

Notas

[1] Primeira publicação em alemão: Tschajanow, Alexander. *Die Lehre von der bäuerlichen Landwirtschaft. Versuch einer Theorie der Familienwirtschaft im Landbau.* Berlin, Parey Verlag, 1923.

[2] Esta "área máxima regional" foi definida para a região Nordeste com o valor de 694,5ha e para a região Norte de 1.222ha (GUANZIROLI *et al.*, 2001, p. 108). No Estado do Pará, em quase todas as regiões predomina a mão-de-obra familiar nos estabelecimentos de até 200ha.

[3] Os mediadores.

[4] A economia da Amazônia atendeu desde 1730 a demanda externa em diferentes ciclos: primeiro cacau, depois borracha, pau-rosa (para perfume), castanha-do-pará (ou castanha-do-Brasil), juta, pimenta-do-reino, madeira de lei tropical, guaraná etc.

[5] Isso se refere, especialmente, ao fato que os agricultores familiares, na sua maioria, não gozam das conquistas sociais dos operários, como por exemplo, ter direito a férias.

Referências

ABE, M. N. *Mártires de abril*: o MST semeando a utopia camponesa. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – NEAF/CAP/UFPA; Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2004.

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec, 1992.

BATISTA, J. Comunidade Parkatêjê tem melhor tecnologia da região. *Correio do Tocantins*, Marabá, 4 jul. 2003. Agropecuária, p.5.

CARVALHO, H. M. *Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil*. Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998. Disponível em: <http://www.dataterra.org.br>. Acesso em: 04 maio 2000.

CASTRO, E. Território, biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: CASTRO, E.; PINTON, F. (Org.). *Faces do trópico úmido*: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio-ambiente. Belém: Cejup, 1997.

CHAYANOV, A.V. *La organización de la unidad económica campesina*. Tradução de Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CONCEIÇÃO, M. F. C.; MANESCHY, M. C. A. Tradição e mudança em meio às populações tradicionais. In: COSTA, M. J. J. (Org.). *Caminhos sociológicos na Amazônia*: reflexões teóricas e de pesquisa. Belém: Ed. da Universidade Federal do Pará, 2002.

COSTA, F. A. *Formação agropecuária da Amazônia*: os desafios do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

D'INCAO, M.C. Teoria e prática no estudo do campesinato paraense. In: HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S. B.; MANESCHY, M. C. (Orgs.). *No mar, nos rios e na fronteira*: faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA, 2002. p.9-27.

DIEGUES, A.C.S. *O mito moderno da natureza intocad*a. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

FAO/INCRA. *Perfil da agricultura familiar no Brasil*: dossiê estatístico. Brasília, 1996.

FETAGs; COIAB; MONAPE. *Programa de desenvolvimento socioambiental da produção familiar rural - Proambiente*: proposta definitiva. Brasília, 2003. 32p. (Versão julho de 2003).

FLEISCHFRESSER, V. *Modernização tecnológica da agricultura*. Curitiba: Livraria Chain, 1988.

GARCIA JÚNIOR, A.R. *O sul*: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo, Brasília: MCT-CNPq, Marco Zero, 1989.

GRAZIANO DA SILVA, J.G. *A modernização dolorosa*: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, J.G. *O novo rural brasileiro*. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, IE, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J.G.; DEL GROSSI, M.E. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n.11, p.26-52, out. 1998.

GUANZIROLI, C. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUERRA, G.A.D. *O posseiro da fronteira*: campesinato e sindicalismo no Sudeste Paraense. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V.W. *Agricultural Development. An International Perspective*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1985.

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.B.; MANESCHY, M.C. (Orgs). *No mar, nos rios e na fronteira*: faces do campesinato no Pará. Belém: Ed. da UFPA, 2002.

HOMMA, A.O.K. Evolução histórica dos macrossistemas de produção na Amazônia. *Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 4, 2001, Belém. SBSP, Belém, 2001. (CD).

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*: comparação internacional. Uma realidade multiforme. Tradução de A.M.N. Tijiwa. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. 336p. V. 1.

LIMA, D.M. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. *Novos Cadernos do NAEA*, Belém, v.2, n.2, p. 5-32, 1999.

MORAES, M.D.C. De camponês a agricultor familiar: imagens do campesinato, como identidades na ordem da razão. *Raízes*, Campina Grande, n. 17, p.121-134, jun. 1998.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: LOPES, E.S.A.; MOTA, D.M.; SILVA, T.E.M. (Org.). *Ensaios*: desenvolvimento rural e transformações na agricultura. Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, Universidade Federal de Sergipe, 2002.

ROMEIRO, A.R. *Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 1998.

SCHMITZ, H. Reflexões sobre métodos participativos de inovação na agricultura. In: SIMÕES, A. et al. (Org.) *Agricultura familiar*: métodos e experiências de pesquisa - desenvolvimento. Belém: NEAF/CAP/UFPA, GRET, 2001. p.39-99.

SCHULTZ, T.W. *A transformação da agricultura tradicional.* Tradução de J.C. Teixeira Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995. [Primeira Publ. 1964].

SIDERSKY, P. *Sobre a especificidade do pequeno produtor*: introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa. Olinda, 1990. Mimeografado.

STEINER, R. *Fundamentos da Agricultura Biodinâmica. Vida nova para a terra*. Tradução de Gerard Bannwart. São Paulo: Antroposófica, 1993. [Primeira publicação: 1929]

VEIGA, J.E. *O desenvolvimento agrícola*: uma visão histórica. São Paulo: Edusp; Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricos do campesinato brasileiro. In: TAVARES, E.D., MOTA, D.M.; IVO, W.M.P.M. (Ed.). Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiros costeiros de Sergipe, 2, 1997, Aracaju-SE. *Anais*... Agricultura familiar em debate. Aracaju: Embrapa-CPATC, 1997.

Abstract: *the objective of this article is to investigate the debate about the concept of family agriculture. It's here analyzed the contribution, from different authors, along the last decades, with emphasis on how the concepts of peasantry, small production and family agriculture emerged in a chronological manner in reason of different development models adopted in the Country.*

Key words: *family agriculture, peasantry, small production, theoretical category, political action*

HERIBERT SCHMITZ
Doutor em Ciências Agrárias, Área de Extensão Rural e Teoria da Comunicação/Sociologia Rural, pela Universidade Humboldt de Berlim, Alemanha; Professor de Sociologia no Departamento de Sociologia, Universidade Federal do Pará. *E-mail:* heri@amazon.com.br

DALVA MARIA DA MOTA
Doutora em Sociologia. Pesquisadora da Embrapa Tabuleiros Costeiros; Aracaju (SE). *E-mail*: dalva@cpatc.embrapa.br